



CENTRO DE SOLIDARIEDADE DE BRAGA

PROJECTO HOMEM

Prestação de Contas

Período de 2020

Índice

Balanço	1
Demonstração dos Resultados por Naturezas	2
Demonstração dos Fluxos de Caixa	3
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	4
1. Identificação da Entidade	5
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1. Bases de Apresentação	6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6. Ativos Intangíveis	14
7. Inventários.....	14
8. Rédito	14
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
10. Benefícios dos empregados	15
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
12. Outras Informações.....	16
12.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
12.2. Créditos a receber - Clientes e Utentes	16
12.3. Outros ativos correntes.....	17
12.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	17
12.5. Fundos Patrimoniais.....	17
12.6. Fornecedores.....	18
12.7. Estado e Outros Entes Públicos.....	18
12.8. Outros passivos correntes.....	18
12.9. Financiamentos obtidos	19
12.10. Diferimentos.....	19
12.11. Fornecimentos e serviços externos.....	19
12.12. Outros rendimentos	20
12.13. Outros gastos	20
12.14. Acontecimentos após data de Balanço	20

Balço

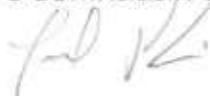
Entidade: Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.836.637,49	2.813.739,62
Bens do património histrico e cultural			
Ativos intangíveis	6	6.198,75	8.265,00
Investimentos financeiros		1.590,62	1.052,33
		2.844.426,86	2.823.056,95
Ativo corrente			
Inventrios	7	372,18	
Créditos a receber	12.2	43.642,51	54.940,94
Estado e outros entes públicos	12.7	9.376,60	18.483,71
Diferimentos	12.10	10.153,36	5.024,54
Outros ativos correntes	12.3	240.195,33	73.487,04
Caixa e depósitos bancários	12.4	222.545,13	96.809,58
		526.285,11	248.745,81
Total do ativo		3.370.711,97	3.071.802,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	25.177,53	25.177,53
Reservas	12.5	1.196.604,00	1.196.604,00
Resultados transferidos	12.5	376.591,39	419.047,33
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	965.937,71	961.395,01
		2.564.310,63	2.602.223,87
Resultado líquido do período	12.5	-52.273,15	-42.455,94
Total dos fundos patrimoniais		2.512.037,48	2.559.767,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12.9	397.676,63	84.920,21
		397.676,63	84.920,21
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	44.203,04	53.680,41
Estado e outros entes públicos	12.7	16.160,24	16.278,45
Financiamentos obtidos	12.9	10.267,31	29.664,49
Diferimentos	12.10	221.471,57	2.155,61
Outras passivas correntes	12.8	168.895,70	325.335,66
		460.997,86	427.114,62
Total do passivo		858.674,49	512.034,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.370.711,97	3.071.802,76

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Entidade: Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem

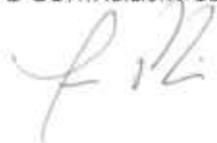
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	8	147.974,99	109.685,50
Subsídios, doações e legados à exploração	9	818.609,38	759.394,04
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-101.785,71	-103.578,16
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-175.233,59	-156.318,65
Gastos com o pessoal	10	-646.856,34	-616.965,43
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-15.702,11	-14.215,90
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	12.12	24.052,16	60.615,90
Outros gastos	12.13	-8.913,58	-7.384,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		42.145,20	31.232,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-89.398,61	-72.469,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-47.253,41	-41.236,69
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	12.9	-5.019,74	-1.219,25
Resultados antes de impostos		-52.273,15	-42.455,94
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-52.273,15	-42.455,94

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Ricardo José Pereira de Sá

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Entidade: Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

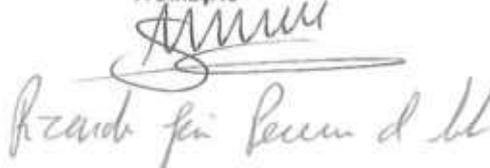
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		139.861,19	126.863,90
Pagamentos a fornecedores		(181.452,12)	(135.103,85)
Pagamentos ao pessoal		(846.444,82)	(617.023,10)
Caixa gerada pelas operações		(688.035,75)	(625.263,05)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		770.145,60	716.987,02
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		82.109,65	91.723,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(272.419,79)	(186.894,42)
Investimentos financeiros		(538,29)	(519,12)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	9	28.244,28	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(244.713,80)	(187.413,54)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12.9	300.000,00	114.584,70
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12.9	(6.640,76)	
Juros e gastos similares	12.9	(5.019,74)	(1.219,25)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		288.339,50	113.365,45
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	12.4	125.735,55	(120.386,76)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.4	96.809,58	79.134,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.4	222.545,13	96.809,58

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Entidade: Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem
 Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

Unidade monetária (Euro)

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos detentores do capital da entidade-mãe										Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
1		25 177,53	0,00	1 196 604,00	419 047,33	0,00	0,00	961 385,01	-42 455,94	2 859 787,93		2 859 787,93		
2					-42 455,94			4 542,70	-42 455,94	4 542,70		4 542,70		4 542,70
3		0,00	0,00	0,00	-42 455,94	0,00	0,00	4 542,70	-42 455,94	4 542,70		4 542,70	0,00	4 542,70
4=2+3		0,00	0,00	0,00	-42 455,94	0,00	0,00	0,00	-52 273,15	-52 273,15		-52 273,15		-52 273,15
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 817,21	-9 817,21		-9 817,21		-9 817,21
6=1+2+3+4+5		25 177,53	0,00	1 196 604,00	376 591,39	0,00	0,00	965 937,71	-52 273,15	2 812 037,48	0,00	2 812 037,48	0,00	2 812 037,48

Entidade: Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem
 Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2019

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos detentores do capital da entidade-mãe										Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
1		25 177,53	0,00	1 196 604,00	361 097,78	0,00	0,00	981 373,86	37 979,55	2 622 202,72		2 622 202,72		
2					37 979,55			-19 976,85	-37 979,55	-19 976,85		-19 976,85		-19 976,85
3		0,00	0,00	0,00	37 979,55	0,00	0,00	-19 976,85	-37 979,55	-19 976,85		-19 976,85	0,00	-19 976,85
4=2+3		0,00	0,00	0,00	37 979,55	0,00	0,00	0,00	-42 455,94	-42 455,94		-42 455,94		-42 455,94
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-80 435,49	-80 435,49		-80 435,49		-80 435,49
6=1+2+3+4+5		25 177,53	0,00	1 196 604,00	419 047,33	0,00	0,00	961 385,01	-42 455,94	2 559 787,93	0,00	2 559 787,93	0,00	2 559 787,93

O Gestor/ista Certificado

Handwritten signature and stamp:
 Director
 Handwritten signature: *Francisco Xavier d. M.*

Anexo

1. Identificação da Entidade

O "CENTRO DE SOLIDARIEDADE DE BRAGA/PROJECTO HOMEM" é uma pessoa jurídica canónica, constituída por decreto da autoridade eclesiástica, em 13 de novembro de 1991, pessoa coletiva religiosa com o NIF nº 502654201, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social com o NISS n.º 20003468111, com estatutos publicados no Diário da República n.º 197, Série III, de 27/08/1992, com sede na Rua do Alcaide, 29/31 em Braga. O seu âmbito de ação abrange os Concelhos de Braga, Famalicão e Guimarães e tem como atividades, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Estar ao serviço do bem comum consubstanciado no cuidar, no reabilitar pessoas com problemas de adições promovendo a sua inclusão familiar, social e laboral / formação, através do programa Educativo Terapêutico do Projecto Homem.
- As áreas de intervenção da Instituição têm-se estendido da prevenção à reinserção, do tratamento à redução de riscos e minimização de danos.
- Atualmente, o Centro de Solidariedade de Braga/Projecto Homem, tem em funcionamento uma Unidade de Saúde na Valência de Comunidade Terapêutica, com o Programa Geral para utentes dependentes de substâncias psicoativas ilícitas e programas específicos para:
 - dependentes de substâncias psicoativas, com doença mental grave concomitante;
 - crianças e jovens
 - utentes dependentes de álcool

Estando estas respostas convencionadas com o SICAD.

- Para apoiar, orientar e acompanhar os utentes na sua reintegração sócio profissional, temos o apartamento de Reinserção, convencionada com a Segurança Social.
- A Instituição tem desenvolvido ainda, ações e programas de prevenção, direcionadas às escolas, famílias e comunidade (Projeto Mais Vale Prevenir), ações em contexto de rua, com medidas de redução de risco e minimização de danos (Projeto projetando vida), ações de apoio e orientação à inserção sócio profissional (Projeto Fénix), ações direcionadas a pessoas dependentes de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, em contexto prisional e ações de acompanhamento, apoio e orientação às famílias.
- Atenta a vasta experiência e conhecimentos técnicos adquiridos sobre a problemática

das adições, a Instituição tem desenvolvido um conjunto de ações de sensibilização, formação e informação científica no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências em parceria com outros parceiros estratégicos.

- Em todas as respostas e serviços a Instituição tem desenvolvido uma cultura de monitorização e avaliação dos resultados, articulando as intervenções com outras entidades públicas e privadas, numa constante dinâmica de melhoria do serviço prestado.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 11.10) e "Diferimentos" (Nota 11.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-6
Outros ativos fixos tangíveis	4-6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem

depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

No exercício de 2019, houve alteração na política de contabilização das despesas pessoais dos utentes, deixando de ser refletidas nas contas de gastos e de rendimentos, passando a ser refletidas numa conta de terceiros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Alienações/ Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	386.952,41					386.952,41
Edifícios e outras construções	2.206.989,26	170.187,67				2.377.176,93
Equipamento básico	164.681,59	6.571,63				171.253,22
Equipamento de transporte	82.850,67	17.454,11				100.304,78
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	67.865,21	2.389,40				70.254,61
Outros Ativos fixos tangíveis	43.669,04	32.450,86				76.119,90
Activos Fixos Tangíveis em Curso	980.815,04			(118.823,44)		861.991,60
Total	3.933.823,22	229.053,67	-	(118.823,44)	-	4.044.053,45
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	853.704,85	56.661,65				910.366,50
Equipamento básico	139.895,06	13.058,03				152.953,09
Equipamento de transporte	45.774,18	12.759,94				58.534,12
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	67.745,93	796,38				68.542,31
Outros Ativos fixos tangíveis	12.963,58					17.019,94
Total	1.120.083,60	83.276,00	-	-	-	1.207.415,96

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Alienações	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	386.952,41					386.952,41
Edifícios e outras construções	2.206.989,26	-	-			2.206.989,26
Equipamento básico	147.323,69	17.357,90				164.681,59
Equipamento de transporte	55.665,16	46.345,61		(19.160,10)		82.850,67
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	67.865,21	-				67.865,21
Outros Ativos fixos tangíveis	43.669,04	-				43.669,04
Activos Fixos Tangíveis em Curso	621.624,08	359.190,96				980.815,04
Total	3.530.088,85	422.894,47	-	(19.160,10)	-	3.933.823,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	805.552,58	48.152,27				853.704,85
Equipamento básico	127.658,48	12.236,58				139.895,06
Equipamento de transporte	55.665,16	9.269,12		(19.160,10)		45.774,18
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	67.000,96	744,97				67.745,93
Outros Ativos fixos tangíveis	12.963,58					12.963,58
Total	1.068.840,76	70.402,94	-	(19.160,10)	-	1.120.083,60

6. Ativos Intangíveis

Os movimentos em ativos intangíveis foram, em 2020 e 2019 conforme se segue

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Programas de Computador	12.397,50	-	-	-	-	12.397,50
Total	12.397,50	-	-	-	-	12.397,50
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4.132,50	2.066,25	-	-	-	6.198,75
Total	4.132,50	2.066,25	-	-	-	6.198,75

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Programas de Computador	12.397,50	-	-	-	-	12.397,50
Total	12.397,50	-	-	-	-	12.397,50
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	2.066,25	2.066,25	-	-	-	4.132,50
Total	2.066,25	2.066,25	-	-	-	4.132,50

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias				-	-		-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49,85	103.528,31		-	102.157,89		372,18
Produtos Acabados e intermédios				-	-		-
Produtos e trabalhos em curso				-	-		-
Total	49,85	103.528,31	-	-	102.157,89	-	372,18

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	103.578,16	101.785,71
Variações nos inventários da produção	-	-

8. Réditos

Para o período de 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	868,61	722,29
Prestação de Serviços	147.106,38	108.963,21
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	147.974,99	109.685,50

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Para o período de 2020 foram reconhecidos os seguintes Subsídios/Doações:

Descrição	2020	2019
Subsídios do EOEP	-	-
Subsídios da ARS	423 474,98	456 370,85
Subsídios do SICAD	140 122,12	178 958,42
Subsídios do IEFP	15 245,52	4 358,59
Subsídios da Segurança Social	109 701,60	109 700,89
Subsídios POISE	48 340,91	-
Subsídios outras entidades	12 453,87	-
Consignação IRS/IVA	2 970,02	-
Doações e Heranças	66 300,36	10 005,29
Imputação de subsídios para investimentos	23 701,58	19 978,85
Total	842 310,96	779 372,89
Total de subsídios à exploração	818 609,38	759 394,04

10. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	522.955,73	499.800,15
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	113.568,90	108.368,78
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.698,89	4.586,51
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	5.632,82	4.209,99
Total	646.856,34	616.965,43

A diferença mais significativa nos valores das remunerações em 2020, são decorrentes do plano de contingência implementado pela instituição, no âmbito da pandemia do coronavírus (COVID-19), designadamente através do recurso à contratação temporária de 7 pessoas ao abrigo das Medidas de Apoio ao Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e da Saúde (MAREESS).

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 não apresentava qualquer saldo nesta rubrica.

12.2. Créditos a receber - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" apresentava os seguintes valores.

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c	43.642,51	54.940,94
Clientes	-	-
Utentes	43.642,51	54.940,94
Saldos credores de clientes	10.963,70	14.673,82
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	84.585,08	68.882,97
Clientes	-	-
Utentes	84.585,08	68.882,97
Total	128.227,59	123.823,91

Perdas por Imparidade acumuladas

Descrição	2020	2019
Clientes		
Utentes	84.585,08	68.882,97
Total	84.585,08	68.882,97

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2020	2019
Desreconhecimento P.I. Utentes	-	-
Reconhecimento P.I. Utentes	15.702,11	14.215,90
Total	15.702,11	14.215,90

12.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.892,24	-
Perdas por Imparidade	-	-
Outros Devedores	235.975,52	72.751,94
Saldos devedores de fornecedores	1.327,57	735,10
Total	240.195,33	73.487,04

O aumento na conta de outros devedores refere-se, no essencial, ao valor a receber do POISE, relativo ao projeto de empreendedorismo social: Equilibrium Social Circus.

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	766,63	11.587,68
Depósitos à ordem	221.778,50	85.221,90
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	222.545,13	96.809,58

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	25.177,53	-	-	25.177,53
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1.196.604,00	-	-	1.196.604,00
Resultados transitados	419.047,33	(42.455,94)	-	376.591,39
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	961.395,01	4.542,70	-	965.937,71
Resultado líquido do período	(42.455,94)	-	(9.817,21)	(52.273,15)
Total	2.559.767,93	(37.913,24)	(9.817,21)	2.512.037,48

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	25 177,53	-	-	25 177,53
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1 196 604,00	-	-	1 196 604,00
Resultados transitados	381 067,78	37 979,55		419 047,33
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	981 373,86	-	(19 978,85)	961 395,01
Resultado líquido do período	37 979,55	37 979,55	(80 435,49)	(42 455,94)
Total	2 622 202,72	37 979,55	(100 414,34)	2 559 767,93

As diminuições na conta de resultados transitados resultam, em 2019, de correções de períodos anteriores.

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	44 203,04	53 680,41
Saldos devedores de fornecedores	1 327,57	735,10
Total	42 875,47	52 945,31

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.376,60	18.483,71
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	9.376,60	18.483,71
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	4.582,32	4.617,33
Segurança Social	11.577,92	11.661,12
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	16.160,24	16.278,45

12.8. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		529,73		-
Fornecedores de Investimentos		61.378,49		223.568,05
Credores por acréscimos de gastos		96.023,78		87.093,79
Outros credores		-		-
Saldos credores de clientes		10.963,70		14.673,82
Total	-	168.895,70	-	325.335,66

12.9. Financiamentos obtidos

A rubrica de financiamentos obtidos respeita a empréstimos contraídos em:

- 2019 de 75.000 € junto do BPI e 46.345,61 € junto do MG;
- 2020 de 150 000 € cada, um junto do BPI em maio e o outro junto do MG em dezembro;

apresentando a seguinte decomposição:

Decomposição do passivo em curto e médio/longo prazo:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	10.267,31	397.676,63	407.943,94	29.664,49	84.920,21	114.584,70
Total	10.267,31	397.676,63	407.943,94	29.664,49	84.920,21	114.584,70

Decomposição do capital e juros, conforme a sua exigência:

Descrição	2020			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	10.267,31	1.244,71	11.512,02	29.664,49	1.768,07	31.432,56
De um a cinco anos	397.676,63	893,32	398.569,95	84.920,20	2.138,03	87.058,23
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	407.943,94	2.138,03	410.081,97	114.584,69	3.906,10	118.490,79

12.10. Diferimentos

Os saldos relacionados com diferimentos repartem-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	8 091,70	4 270,37
Outros	2 061,66	754,17
Total	10 153,36	5 024,54
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios IEFP	18 033,94	2 155,61
Subsídios POISE	203 437,63	
Total	221 471,57	2 155,61

12.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	10.282,50	-
Serviços especializados	53.609,01	42.402,70
Materiais	14.297,25	15.338,16
Energia e fluidos	37.963,54	44.643,48
Deslocações, estadas e transportes	1.124,10	9.691,04
Serviços diversos	57.957,19	44.243,27
Total	175.233,59	156.318,65

12.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	50,14	45,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	300,44	1.000,00
Outros rendimentos e ganhos	23.701,58	59.570,90
Total	24.052,16	60.615,90

12.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	4.195,34	4.015,35
Outros Gastos e Perdas	4.718,24	3.369,45
Total	8.913,58	7.384,80

12.14. Acontecimentos após data de Balanço

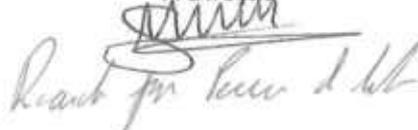
Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar, a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram disponibilizadas para aprovação em 20 de agosto de 2021.

Braga, 20 de agosto de 2021

A Direção



O Contabilista Certificado

